

O RETORNO DO RECALCADO

Violência urbana, "raça" e dualização em três sociedades avançadas (*)

Loïc J. D. Wacquant

Nas décadas de crescimento que se seguiram aos traumas da depressão e da guerra em meados do século, as ricas sociedades do Ocidente capitalista passaram a pensar a si mesmas como pacíficas, coesas e iguais – numa palavra, civilizadas, tanto no sentido comum e moralmente efusivo do termo, denotando , a forma mais acabada de cultura e vida humana, como no sentido de "civilizador" de Norbert Elias (1978), um processo de reestruturação de longo termo nas relações sociais envolvendo a extensão de redes interpessoais, a multiplicação de organizações e a pacificação do intercâmbio social, à medida que o Estado estabelece firmemente seu monopólio sobre o uso da violência pública.

Os estados-nação avançados, como os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha, adotaram uma visão de si próprios como crescentemente *democráticos*, na compreensão do termo em Tocqueville, isto é, orientados para a redução inelutável de desigualdades de status, particularmente as derivadas de posições e identidades "atribuídas". Com efeito, uma das dimensões mais salientes da auto-compreensão das sociedades do Primeiro Mundo nesse período era que as condições herdadas – como classe, etnicidade ou "raça" – seriam cada vez mais irrelevantes para o acesso a posições sociais valorizadas e a concomitante parcela de oportunidades de vida. (1) O consumo de massa, o *embourgeoisement* da classe operária, o crescente peso das credenciais educacionais na alocação competitiva das pessoas numa estrutura ocupacional diferenciada, a difusão do individualismo liberal: tudo isso prometia anunciar uma era sem precedentes de fraternidade e bem-estar social. (2) A sociologia deu expressão formal a essa crença elaborando a noção de "meritocracia"; na América do Norte, toda uma escola de pesquisa em estratificação cultuou essa crença na crescente fluidez e porosidade da estrutura de classes, ao fazer da "aquisição de status" o esqueleto conceitual de incontáveis estudos sobre "oportunidade". (3)

Desse modo correspondente, tornou-se amplamente aceito que as formas mais extremas de desigualdade nas circunstâncias básicas de vida tinham sido, ou estavam prestes a ser, aliviadas, quando não erradicadas, graças à ampla provisão de bens públicos como educação, saúde e segurança, pelas mãos do Estado de bem-estar – no caso dos países europeus-ocidentais –, ou via os efeitos de conta-gotas do crescimento sustentado do livre-mercado – nos Estados Unidos. Animadas pela consolidação industrial e pela contínua expansão de novos setores de serviço, as sociedades do Primeiro Mundo passaram a entender a pobreza como um *resíduo* de desigualdades e atrasos passados ou como o produto de *deficiências individuais*, de todo modo um fenômeno destinado a retroceder e desaparecer com a plena modernização da nação. (4) Escrevendo no começo dos anos sessenta, Galbraith (1963) caracteristicamente chamava a pobreza uma "reflexão tardia" e uma anomalia na sociedade norte-americana. É verdade, ainda haverá

gente pobre por perto, e não em número insignificante, mas não por muito tempo. Em 1964, quando lançou sua “Guerra à Pobreza”, o presidente Lyndon B. Johnson anunciava com orgulho que os Estados Unidos também pressagiaria o nascimento da primeira “sociedade da afluência”. Na França, mais ou menos à mesma época, a imagem igualmente rósea de uma “Nova Sociedade” era irradiada pelo hegemônico partido gaullista, sob a liderança de Jacques Chaban-Delmas, para ser depois remodelada pelo presidente Giscard d’Estaing com a promessa de uma “sociedade liberal avançada”. Como nota Sinfield (1980: 93), no decorrer dos anos setenta não houve “debate sobre a pobreza na França”, nem mobilização política em torno da questão, ou política oficial para combatê-la.

A obsolescência da classe presumivelmente se aplicava a etnicidade e “raça”. (5) Em graus variados, as sociedades do Primeiro Mundo também passaram a ver-se como formações sociais “não-étnicas”, cada vez mais homogêneas e unificadas, enquanto relações *gemeinschaftliche* de linguagem, região e cultura davam lugar a afiliações instrumentais baseadas no interesse, na especialização profissional e nos imperativos funcionais de uma economia tecnológica complexa. A assimilação era a ordem-do-dia (Gordon, 1961) e a adoção da cultura nacional aparentemente o único curso disponível para grupos estranhos que viviam no interior dessas sociedades, ou nelas tinham ingressado.

Ao eludir a etnicidade, os ideólogos das sociedades avançadas seguiram os passos da ciência social clássica e contemporânea. Marx e Durkheim não tinham concordado em que a industrialização capitalista resultaria na substituição dos laços sociais tradicionais por formas racionalizadas e impessoais de identificação e pertencimento, enraizadas em relações mercantis e ideais cívicos crescentemente abstratos? Do mesmo modo, os dois paradigmas de mudança social que dominaram a ciência social no período do pós-guerra, o estrutural-funcionalismo (e seu rebento, a teoria da modernização) e o marxismo desenvolvimentista (inclusive a obra dos *dependentistas* latinoamericanos e a teoria do sistema mundial) concordavam em que etnicidade e raça estavam fadadas à erosão. Para os defensores da modernização, como David McLelland, Alex Inkeles e Daniel Lerner, a “morte da sociedade tradicional” implicava a dissolução dos laços sociais atribuídos e a simultânea emergência do indivíduo livre, empreendedor e “realizador”, devido ao ascenso da alfabetização, da tecnologia e dos meios de comunicação de massa. Para os advogados de várias teorias marxistas da transformação social, de Andre Gunder Frank e Fernando Henrique Cardoso a Immanuel Wallerstein, a formação de classe deveria varrer a etnicidade e criar uma estrutura de classe global – resultante, na visão dos últimos, numa transição para a ordem mundial socialista. Várias teorias da sociedade pós-industrial compartilhavam esses pressupostos e, de forma similar, concebiam as divisões etno-raciais não como bases duráveis de estruturação social dotadas de sua própria dinâmica, mas como princípios de agrupamento “atrasados”, reativos ou derivados, impedimentos transitórios no curso natural da sociedade moderna rumo ao universalismo. (6)

A violência vinda de baixo: distúrbios raciais ou revoltas da fome?

No decorrer da última década, mais ou menos, essa auto-imagem do Primeiro Mundo foi abalada por espetaculares explosões de insatisfação pública, crescentes tensões étnicas e raciais e cada vez maior indignação no coração das grandes cidades. Longe da reabsorção da pobreza e da erosão das afiliações etno-nacionais, as sociedades avançadas foram assoladas pela concomitante disseminação da “nova pobreza” e pelo surto – ou ressurgimento – das ideologias raciais, amiúde acompanhadas pelo conflito violento na cidade (Mingione 1993, Cross 1992, Wilson 1997). Consideremos três desses exemplos de desordem urbana na França, Inglaterra e Estados Unidos. (7)

Outubro de 1990, em Vaulx-en-Velin, cidadezinha operária pacata e sem atrativos na periferia de Lyon, França: algumas centenas de jovens, muitos deles imigrantes de segunda geração provenientes do Maghreb, tomam as ruas para enfrentar a polícia, depois que um adolescente do local morre em um acidente de motocicleta, causado por um carro da polícia. Por três dias e três noites eles se chocam contra os policiais e *compagnies républicaines de sécurité* (tropas antimotins), rapidamente despachadas pelo governo, crivando de pedras os furgões da polícia, saqueando lojas e ateando fogo a duas centenas de carros. Quando a calma finalmente retorna contam-se dezenas de feridos, danos estimados em 120 milhões de dólares e o país em estado de choque. A longa ebulição da ira das *banlieues* – áreas periféricas decadentes com altas densidades de conjuntos habitacionais públicos e degradados – chega ao topo da agenda política e dominará o debate público por meses a fio. (8)

Julho de 1992, em Bristol, Inglaterra: uma cadeia de eventos quase idêntica provoca várias noites de tumultos no projeto Hartcliffe, um distrito industrial pobre na margem sul da cidade. A violência eclode depois que dois homens

da vizinhança, passeando numa motocicleta roubada da polícia, são mortos em uma colisão com um carro policial de chapas frias. Tarde da noite, algumas centenas de jovens provocam um tumulto no *shopping center* local. Quando a polícia contra-ataca, chovem tijolos e pedras, bolas de aço, andaimes e bombas de gasolina. O confronto se espalha rapidamente pelas áreas vizinhas. Cerca de quinhentos policiais de elite têm que ser convocados para restaurar a ordem numa região de um quilômetro quadrado, temporariamente transformada em zona de guerrilha urbana. Incidentes similares de larga escala explodem nesse mesmo verão em Coventry, Manchester, Salford, Blackburn e Birmingham. (9)

Abril de 1992, em Los Angeles: a absolvição dos quatro policiais brancos envolvidos no brutal espancamento, gravado em vídeo-cassete, de Rodney King, um indefeso motorista negro preso após uma perseguição de automóvel, desencadeia uma explosão de violência civil sem paralelos na história da América do Norte neste século. No gueto de South Central, motoristas brancos são arrancados de seus carros e espancados, lojas são depredadas, carros da polícia tombados e incendiados. Propriedade de coreanos, suas mercearias, lojas de bebida e objetos usados, abundantes na área, são alvo da destruição sistemática. Tão avassaladora é a explosão que nem os bombeiros nem a polícia são capazes de impedir a queima de centenas de prédios. A rebelião espalha-se prontamente, multiplicando-se as cenas de saques de massas. É decretado estado de emergência e sete mil efetivos federais, incluindo 1.220 fuzileiros navais, são convocados. Francoatiradores e tiroteios entre amotinados, polícia e comerciantes, que pegam em armas para defender suas lojas, elevam o cômputo das mortes a quarenta e cinco. Ao final do terceiro dia de levante, cerca de 2.400 pessoas sofreram ferimentos, dez mil foram presas; mil famílias perderam suas casas, milhares de indivíduos o emprego. A destruição total é estimada na desconcertante soma de um bilhão de dólares.

Essas explosões de violência coletiva são apenas três casos extraídos de uma lista de tumultos urbanos demasiado longa para ser enumerada. (10) A maior parte das desordens, grandes ou pequenas, que sacudiram a *banlieue* francesa, a *inner city* britânica e os guetos e *barrios* da América do Norte envolveram basicamente os jovens das áreas pobres, segregadas e amiúde dilapidadas, e parecem ter sido alimentadas pelas crescentes tensões raciais dentro e em volta dessas regiões. Assim, a interpretação dominante nos relatos da mídia e nos debates políticos foi que se tratava essencialmente de "distúrbios raciais", que expressam animosidade contra, ou entre, as "minorias" étnicas e/ou imigrantes de tais países (Cross e Keith 1993).

No nível superficial, muita coisa ampara essa visão. A Europa dos anos oitenta foi, com efeito, varrida por uma onda aparentemente incontível de sentimento racista. (11) Na França, a hostilidade "anti-árabe" há muito encoberta veio à luz explosivamente (Silverman 1990) e motivou um aumento nos ataques racistas. Encontrou expressão política no populismo xenófobo da Frente Nacional (Husbands 1991) que, por sua vez, estimulou o crescimento de um amplo movimento "anti-racista" liderado pela organização *SOS-Racisme*. Na Grã-Bretanha o antagonismo entre negros antilhanos, asiáticos e brancos pegou fogo em sucessivos confrontos de rua e tornou-se mais rancoroso. Os debates sobre a criminalidade e o policiamento nas ruas foram "racializados" a ponto de a inquietação e a violência públicas serem cada vez mais percebidas como problemas essencialmente "negros" (Solomos 1988). Enquanto isso, nos Estados Unidos, uma reação de ampla escala contra os avanços conquistados pelas chamadas minorias (principalmente os afro-americanos, mas também os grupos latinos e asiáticos), na esteira do movimento dos Direitos Civis dos anos sessenta, levou a uma notável deterioração das relações raciais, registrada *inter alia* pela escalada dos crimes racialmente motivados ou "de ódio", pelo medo generalizado dos homens negros na rua, por incidentes inter-étnicos nos *campi* universitários e pela flagrante explosão de sentimentos antinegros nas campanhas políticas locais e nacionais (Franklin 1991). E enquanto a Europa passava a ser assombrada pelo espectro da cristalização, no seu solo, dos guetos ao estilo americano, os Estados Unidos consumiam-se nas visões de pesadelo da chamada "subclasse" (*underclass*), um grupo aterrador que se teria aglutinado no coração da metrópole segregada, epítome de todas as patologias urbanas da América do Norte. (12)

Em todos os três países, assim, a violência e a inquietação urbanas passaram a ser estreitamente vinculadas, senão igualadas, na mentalidade pública, a "raça" e imigração. Nos Estados Unidos, tal associação é antiga, datando da era da urbanização negra depois da Emancipação, senão de mais tempo, sendo periodicamente reativada durante os períodos de dificuldade econômica ou conflito social (Curtis 1989). Na Europa ela é mais recente e atenuada, embora tenha se mostrado ideologicamente poderosa na dura conjuntura sócio-econômica aberta pelas recessões de meados dos anos 70 (Jacquin e Wiewiorka 1991). Todavia, vários elementos sugerem que o termo "distúrbios raciais" é enganador e oculta um outro fenômeno, mais profundo, que se combina a ele em proporções diferentes.

As desordens coletivas urbanas dos anos oitenta não são uma simples extensão dos levantes raciais tradicionais, tais como os experimentados pelos Estados Unidos no decorrer deste século (Young 1970). E não estamos presenciando uma "americanização" da pobreza e do protesto urbanos, uma transformação no regime de marginalidade urbana, que marcaria memorável convergência transatlântica entre os dois continentes (Wacquant 1992b, 1993a). Um olhar mais atento a sua anatomia sugere que tais desordens, em proporções diversas conforme o país; *combinaram duas lógicas*: aquela do protesto contra a *injustiça racial* com raízes no tratamento discriminatório – de uma quase-casta estigmatizada nos Estados Unidos, dos imigrantes "árabes" e outros imigrantes de cor (*colored*) na França e na Grã-Bretanha – e aquela dos pobres que se levantam contra a *privação econômica e as desigualdades sociais crescentes* com a arma mais efetiva, quando não a única de que dispõem, notadamente a ruptura da vida civil com o recurso direto à força.

É possível que os anos oitenta se revelem a década da lenta maturação dos *levantes mistos* – mistos tanto em termos de suas dinâmicas e objetivos como em virtude de sua composição multiétnica. Pois, ao contrário das descrições da mídia, nem as *banlieues* francesas nem as *inner cities* britânicas são exclusiva ou mesmo predominantemente habitados por imigrantes, e aqueles que aí participaram das rebeliões foram nas mais das vezes recrutados num caleidoscópio de linhas étnicas. Embora os jovens da segunda geração de imigrantes do Maghreb e das Antilhas tenham assumido papéis de liderança proeminente nos choques urbanos que sacudiram a França e a Inglaterra, eles agiram em comum acordo e com o apoio ativo dos filhos de famílias naturais da Europa residentes em bairros industriais degradados. E suas reivindicações são as de jovens de classe operária em toda parte: empregos, escolas decentes, moradia melhor ou acessível, acesso a serviços públicos e tratamento justo pela polícia e outras agências do Estado (Jazouli 1992).

Do mesmo modo, os milhares que, durante o levante em Los Angeles, pilharam supermercados e *mini-malls* em chamas no bairro South Central, estavam longe de serem todos negros: mais de metade das primeiras 5 mil prisões eram de latinos e outros 10%, de brancos. O motim não foi exclusivamente um protesto afro-americano contra a flagrante discriminação racial perpetrada pela polícia e posteriormente confirmada por um notório erro judicial. Foi também uma "revolta da fome" contra a pobreza, a carestia, e as severas agruras materiais trazidas pela recessão econômica e pelos cortes nos programas governamentais, como testemunharam os latinos e mesmo os asiáticos e brancos .que podiam ser vistos na televisão enxameando em torno de lojas saqueadas em busca de mercadorias gratuitas. Conforme a expressão de um dos mais argutos observadores da cidade, "o primeiro motim multi-racial da nação teve tanto a ver com barrigas vazias e corações despedaçados quanto com cassetetes policiais e Rodney King". (13)

A violência vinda de cima: desproletarização, segregação, estigmatização

É tentador encarar explosões de violência coletiva "vinda de baixo" como sintomas de crise moral, de patologias das classes baixas, ou tantos outros indícios de iminente ruptura societal da "lei e da ordem". Assim, a resposta típica das autoridades britânicas à onda de incidentes violentos que varreu as cidades dos Midlands no verão de 1992, foi queixar-se do comportamento desviante e da amoralidade dos elementos inferiores da classe trabalhadora. Depois dos distúrbios de Bristol, elas se esforçaram por culpar o "hooliganismo insensato", alimentado pelo álcool, ainda que os moradores de Hartcliffe concordassem em que a hostilidade entre os jovens e a polícia estivesse em gestação por meses e apesar do fato de jamais ter sido apresentada nenhuma prova de envolvimento dos "hooligans", ou de que o consumo de álcool nas noites da desordem tenha sido acima do normal. Da mesma forma, nos Estados Unidos a odiosa (e fictícia) história da "subclasse" forneceu um discurso barato e pronto para dar conta da ascensão da violência no gueto e em seus arredores.

Entretanto, a análise comparada atenta de seu tempo, contexto e desenrolar mostra que, longe de expressões irracionais e atávicas de incivilidade, a recente inquietação pública por parte dos pobres urbanos da Europa e da América do Norte constitui uma resposta (socio)lógica à compacta *violência estrutural* liberada sobre eles por uma série de transformações econômicas e sócio-políticas que se reforçam mutuamente. Tais mudanças resultaram em uma polarização de classes que, combinada com a segregação racial e étnica, está produzindo uma dualização da metrópole, que ameaça não apenas marginalizar os pobres como condená-los à redundância social e econômica direta. (14) Essa violência "vinda de cima" tem três componentes principais: (1) desemprego em massa, persistente e crônico,

representando, para segmentos inteiros da classe trabalhadora, a desproletarização que trazem seu rastro aguda privação material; (2) o exílio em bairros decadentes, onde escasseiam os recursos públicos e privados, à medida em que a competição por eles aumenta, devido à imigração; (3) crescente estigmatização na vida cotidiana e no discurso público, tudo isso ainda mais terrível por ocorrer contra o pano de fundo de uma escalada geral da desigualdade. Longe de representar um subproduto periférico da terceiro-mundização ou reversões a formas sóciopolíticas pré-modernas de conflitos, essa volta das realidades reprimidas de pobreza, violência e divisões etno-raciais, ligadas a seu passado colonial, no coração da cidade do Primeiro Mundo, deve ser entendida como resultado da transformação desigual e desarticuladora dos setores *mais avançados* das sociedades ocidentais e, portanto, suas manifestações não parecem passíveis de amainar tão cedo.

Ao contrário dos períodos anteriores de crescimento econômico, a expansão desigual dos anos 80, onde ela ocorreu, fracassou em "içar todos os botes", produzindo em vez disso uma cisão cada vez mais profunda entre ricos e pobres e entre aqueles estavelmente empregados nos setores centrais e de classe média da economia e os indivíduos apanhados nas margens de um mercado de trabalho cada vez mais inseguro, de baixa qualificação e de serviços. (15) Nos Estados Unidos, essa brecha cresceu de forma tão pronunciada que ela é prontamente palpável nas ruas das grandes cidades, onde mendigos e sem-casa tornaram-se visão comum mesmo nos opulentos distritos empresariais, e nos extremos de luxo e carência, alta sociedade e guetos sombrios, que floresceram e decaíram lado a lado. Assim, enquanto a parcela da riqueza nacional do 1 % dos norte-americanos mais ricos dobrou em uma década, saltando de 17,6% em 1976, para 36,3% em 1989, há mais gente vivendo abaixo da "linha de pobreza", em 1992, que em qualquer outra época desde 1964: 36 milhões de pessoas, incluindo uma em cada três domicílios negros ou latinos.

Na França, a desigualdade de renda aumentou pela primeira vez no pós-guerra, apesar de uma série de medidas de transferência social implementadas pelo governo socialista. À medida em que inchavam as fileiras dos "Meninos de Ouro" no Palais Brogniard, juntamente com os valores das ações e dos bens imobiliários, o mesmo ocorria com as dos desempregados, sem-casa e destituídos. Hoje, segundo estimativas oficiais regularmente divulgadas pela mídia, três milhões de franceses vivem na pobreza, 300 mil estão privados de moradia regular e meio milhão são beneficiários do plano nacional de rendimento mínimo garantido (RMI). Nos noticiários nacionais, relatos de "trabalhadores" e sindicatos em greve para defender seus salários e benefícios sociais foram substituídos pela discussão da "exclusão" e por sombrias avaliações sobre as agruras dos *Rmistes*, um termo cunhado para capturar a nova realidade da rejeição quase-permanente no mercado assalariado. Na Grã-Bretanha, a economia baseada na oferta (*supply-side*) e os cortes nos gastos sociais do Estado causaram igualmente uma redistribuição de riqueza para cima e uma aguda divergência de padrões de vida entre classe trabalhadora e classe alta, assim como entre as regiões. A parte norte do país foi dramaticamente empobrecida, assim como entraram em colapso as economias regionais de grandes cidades como Manchester, Liverpool e Glasgow. Com tal intensidade que os analistas a comparam agora ao *Mezzogiorno* italiano, para salientar o crescente dualismo nacional.

Os deslocamentos no emprego, das manufaturas para os serviços que exigem treinamento intensivo, o impacto das tecnologias de eletrônica e automação nas fábricas e mesmo nos setores de colarinho-branco, como seguros e bancos, a erosão dos sindicatos e da proteção social – tudo isso se combinou para produzir uma simultânea destruição, informalização e degradação do trabalho para os moradores pobres das grandes cidades. Para muitos, porém, a reestruturação econômica trouxe não apenas a perda de renda ou emprego errático: ela significou a negação direta do acesso às atividades assalariadas, vale dizer, a *desproletarização*. Assim, a maioria dos países europeus ocidentais testemunhou um aumento constante não apenas em desemprego – a taxa média na Comunidade Européia cresceu de 2,9% em 1973 para cerca de 11 % em 1987 –, mas, de forma mais significativa, no número de desempregados de longo prazo. No final dos anos 90, a proporção de sem-emprego sem trabalho por um ano ou mais excedia os três quartos na Bélgica, metade na Holanda e 45% na França e no Reino Unido. A cifra comparável de 8% para os Estados Unidos é enganadora, pois sua medição é diferente e oculta enormes variações grupais e geográficas: em muitas áreas de *inner-city*, as taxas de sem-emprego efetivas entre adultos rondam acima dos 50% e para muitos o desemprego pode durar anos e mesmo décadas. (16)

A exclusão contínua e permanente de grande número de pessoas do mercado assalariado e o crescimento paralelo da economia informal nas áreas urbanas decadentes são dois indicadores convergentes da formação, no âmago das cidades do Primeiro Mundo, daquilo que Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto chamam um "exército de reserva de trabalho excedente", para quem o avanço econômico se traduz em uma regressão das condições materiais e

oportunidades de vida. Vejam-se a expansão da fome e o reaparecimento de doenças contagiosas desaparecidas como a tuberculose nas áreas de *inner-city* degradadas de Nova York, Paris e Londres.

Ao mesmo tempo em que suas economias sofriam a desindustrialização e a globalização, as sociedades avançadas absorveram um novo influxo (ou o estabelecimento definitivo) de imigrantes do Terceiro Mundo, de forma típica canalizados justo para esses bairros onde as oportunidades econômicas e os recursos coletivos encolhem constantemente. (17) A formação de um espaço mundial de circulação de capital nas últimas três décadas levou ao entrelaçamento de uma rede global de circulação de mão-de-obra, que trouxe grande número de migrantes para as grandes cidades da Europa e da América do Norte. Esses "novos imigrantes", como são amiúde chamados para distingui-los das correntes de migração transatlântica que anteriormente ligaram o Velho e o Novo Mundo até meados do século, originam-se das antigas colônias da Europa Ocidental ou dos satélites econômicos e políticos dos Estados Unidos. Eles tendem a congregar-se nos bairros mais pobres dos grandes centros urbanos, aqueles onde a moradia é mais barata, onde podem mais facilmente ganhar uma base nos setores informais e empreendedores da economia e onde as redes de compatriotas ou companheiros étnicos fornecem assistência crucial no processo de adaptação à vida em um novo país (Portes e Rumbaut 1990).

Não está claro se a chegada de novos imigrantes acelerou a desproletarização parcial das classes trabalhadoras nativas, ao fornecer a mão-de-obra substituta necessitada pelos setores de serviço não especializado em expansão. Parece fora de dúvida que sua concentração em bairros segregados e degradados acentuou a polarização social na cidade, porque isso ocorre numa época em que, graças em grande parte ao apoio do Estado à moradia individual, as classes médias mudavam-se de áreas urbanas mistas e realojavam-se em territórios protegidos, onde se beneficiam de um padrão mais elevado de serviços públicos (França), provêm suas necessidades familiares básicas no mercado privado (Estados Unidos), ou gozam de uma combinação de bens públicos e privados superiores (Inglaterra).

A segregação espacial intensifica as dificuldades, ao concentrar em enclaves urbanos isolados famílias da classe trabalhadora nativa em trajetória descendente e populações imigrantes de nacionalidades variadas, umas e outras jovens, economicamente frágeis e desprovidas de habilidades utilizáveis no mercado, no núcleo da nova economia. Assim, mais de metade dos habitantes de Vaulx-en-Velin vivem em um lúgubre projeto habitacional público e um em cada quatro são de origem estrangeira; mais de 40% têm menos de vinte anos e um terço dos adultos são incapazes de encontrar emprego. Programas governamentais de treinamento e de assistência na procura de trabalho parecem incapazes para ajudar os jovens a conquistar uma base firme no mercado de trabalho em contração, e as atividades esportivas e culturais podem propiciar apenas bastante diversão. De modo semelhante, entre os moradores de South Bristol entre 16 e 25 anos, os sem-emprego chegam a 50 e o número aumentou com a crescente presença de famílias estrangeiras. A taxa de criminalidade em Hartcliffe – entre as mais altas da Inglaterra – deve-se em parte não desprezível à severa escassez de recursos comunitários e de instalações recreativas necessárias para manter os jovens ocupados. Entre 1978 e 1990, o condado de Los Angeles perdeu cerca de 200 mil postos de trabalho, na maior parte empregos industriais sindicalizados e de salários altos, ao mesmo tempo em que recebia um influxo de um milhão de imigrantes. Muitos desses postos foram perdidos para vizinhos de minorias na área de South Central e para comunidades de *inner-cities*, onde programas e investimentos públicos estavam sendo simultaneamente cortados de forma drástica (Johnson et al. 1992). Como consequência, o desemprego em South Central excede 60% entre os jovens latinos e negros e a economia ilegal da droga tornou-se a fonte mais confiável de emprego para muitos deles.

Tal acúmulo de males sociais explica a atmosfera de desânimo, enfado e desespero que impregna as comunidades pobres nas grandes cidades ocidentais e o clima opressivo de insegurança e medo que invade a vida cotidiana no gueto negro americano (Wacquant 1992b). Os moradores desses bairros sentem que eles e seus filhos têm pouco futuro, além da miséria e da exclusão a que parecem destinados no presente. Acrescente-se a esse sentido de cercamento social a raiva sentida pelos jovens urbanos sem emprego, como resultado da mácula que afeta os habitantes das áreas urbanas decadentes, à medida em que seus bairros são identificados como instáveis solos de cultivo de "problemas sociais". Os árabes do norte de Marselha, jamaicanos e paquistaneses do Brixton londrino e negros do South Side de Chicago não sofrem somente de privação material – compartilhada, nas áreas urbanas mistas da Europa, com seus vizinhos brancos – e de rancor racial: devem também suportar o desprezo público associado a morarem locais amplamente percebidos como "áreas vedadas" (*no-go areas*), profusas em crimes, marginalidade e degeneração moral, onde se concebe que habitem apenas membros inferiores da sociedade.

A realidade e a força do estigma territorial imposto aos novos "párias urbanos" da sociedade avançada não devem ser subestimadas (Wacquant 1993a). Em primeiro lugar, o sentido de indignidade pessoal que ele carrega é uma dimensão altamente saliente da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades em círculos sociais, escolas e mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre a degradação simbólica e o desmantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, "assinaladas" pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignoradas pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias sociófugas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram no sentido de diminuir a confiança interpessoal e minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva.

Finalmente, existe a maldição de ser pobre no seio de uma sociedade rica, na qual a participação ativa na esfera do consumo tornou-se um *sine qua non* da dignidade social - um passaporte para a cidadania, mesmo entre os despossuídos. Como testemunham a proliferação do "assalto à mão armada" na *inner city* britânica, de *dépouille* (ato de tirar as roupas sob ameaça de uso da força) nos terrenos da *banlieue*, o roubo de correntes de ouro e o tráfico de drogas nas ruas do gueto negro americano, a violência e o crime são amiúde o único meio à mão dos jovens de classe trabalhadora sem perspectivas de emprego para adquirir dinheiro e os bens de consumo indispensáveis para ascender à existência socialmente reconhecida. (18)

A alienação política e os dilemas do policiamento

Se formas diretas de *protesto infra-político*, através da ruptura popular da ordem pública, da tomada direta de bens e da destruição de propriedades, espalharam-se nos distritos urbanos pobres da sociedade avançada, isso significa também que os meios formais de pressão sobre o Estado declinaram, juntamente com a decomposição dos mecanismos tradicionais de representação política dos pobres.

Na França, o desmoronamento do Partido Comunista e a guinada reformista do governo socialista deixaram a classe trabalhadora em completa desorientação política – um desarranjo que o partido de extrema direita de Le Pen tratou rapidamente de capitalizar com a ideologia dos imigrantes como bodes expiatórios, a qual, embora sem fundamento, tinha pelo menos a virtude de oferecer um retrato cristalino da sociedade, um diagnóstico coerente de seus males e um remédio radical que promete restaurar o senso de dignidade dos trabalhadores enquanto cidadãos. Na Grã-Bretanha, uma década de thatcherismo acelerou o longo declínio dos sindicatos e do Partido Trabalhista, enquanto o colapso das comunidades da classe trabalhadora minou a capacidade de mobilização local das organizações populares de base. Nos Estados Unidos, onde as classes baixas nunca tiveram muita voz política, o êxodo dos brancos e das classes médias para os subúrbios, a nacionalização das campanhas políticas, a falência das "máquinas" eleitorais das grandes cidades e a fragmentação administrativa da metrópole tornaram as minorias pobres politicamente expansíveis (Weir 1993). Na ausência de um mecanismo político apto a formular demandas coletivas em uma linguagem compreensível aos administradores do Estado, o que resta aos jovens urbanos senão tomar as ruas? Um jovem amotinado de Bristol fala por muitos de seus pares no East Harlem, no Cinturão Vermelho de Paris e no Toxteth em Liverpool, quando exclama: (19)

Não tenho emprego e nunca vou ter. Ninguém quer nos ajudar a sair desta merda. Se o governo pode gastar tanto dinheiro para construir um submarino nuclear, por que não para as *inner cities*? Se brigar com os tiras é a única forma de ser ouvido, então vamos brigar com eles.

O abismo cada vez mais largo entre ricos e pobres, o crescente auto-cercamento das elites políticas, a distância cada vez maior entre as instituições dominantes e a sociedade, tudo isso alimenta a hostilidade e a desconfiança. Tais fatores convergem para minar a legitimidade da ordem social e da autoridade que passou a simbolizar sua irresponsabilidade e seu caráter nuamente repressivo: a polícia. No vácuo criado pela ausência de laços políticos e pela falta de mediações reconhecidas entre populações urbanas marginalizadas e uma sociedade pela qual se sentem rejeitadas, não é de espantar que as relações com a polícia tenham se tornado não só destacadas como belicosas (Cashmore e McLaughlin 1992) e que os incidentes com as forças da ordem sejam invariavelmente o detonador de explosões de violência popular na cidade. (20)

Nas *banlieues* francesas, os policiais são crescentemente encarados como uma presença indesejável, enviada com o propósito expresso de intimidar e perseguir os jovens, árabes ou franceses, e quase todos os exemplos de rebeldia coletiva têm em sua origem fricções recorrentes e incidentes crônicos com os agentes da lei locais. O relatório Scarman (Benyon 1994) sobre os distúrbios britânicos do início dos anos 80 nota igualmente que os jovens da *inner city* são "hostis e vingativos em face da polícia e nela não têm mais qualquer confiança". Mas é nas segregadas áreas negras e latinas do coração urbano da América do Norte que as relações com a polícia são as mais antagônicas e virulentas. Os moradores do gueto vêem-se divididos entre sua necessidade de proteção face à criminalidade generalizada e seu medo de que a intervenção policial aumente a violência, ao invés de diminuí-la, devido a seu comportamento discriminatório e brutal. Em Los Angeles, as forças da ordem agem como se estivessem movendo uma guerra de trincheiras contra os habitantes das áreas de minorias, tratando-os como um exército de ocupação o faria com seus inimigos (Davis 1992). Em junho de 1992, a Anistia Internacional divulgou um relatório reunindo evidências de um padrão consolidado de brutalidade policial rotineira contra os afro-americanos e hispânicos pobres de Los Angeles, padrão esse que opera sem controle há anos, sob quase completa impunidade por parte das autoridades locais e federais.(21) O relatório de sessenta páginas detalha incidentes abomináveis de uso excessivo da força, amiúde "chegando à tortura ou outro tratamento cruel, desumano ou degradante", inclusive uso injustificado de armas de fogo "em violação dos padrões internacionais", execuções ou espancamentos de suspeitos já sob controle e mesmo de passantes, uso excessivo da *tazer gun* elétrica,(22) e o atijamento de cães de ataque sobre suspeitos (incluindo infratores adolescentes e crianças, alguns deles detidos), já rendidos e inofensivos.

Para os jovens irados dos enclaves urbanos decadentes a polícia é, assim, o último amortecedor entre eles e a Sociedade e representa "o inimigo", o intruso num território onde seu domínio é amiúde contestado abertamente e no qual ela incita o desafio e a hostilidade, quando não a agressão – como ilustra a controversa música "*Cop Killer*", do cantor de rap afro-americano Ice T. Trends. Todos os países coincidem nesse aspecto pára demonstrar que, sempre que a polícia venha a ser considerada uma força estranha pela comunidade, ela se torna incapaz para cumprir outro papel que não o puramente repressivo e, em tais circunstâncias, pode apenas *acrescentar* ainda mais desordem e violência (Wacquant 1993b).

As respostas políticas à violência urbana e à ruptura civil por ela causada variaram significativamente de país para país, dependendo das ideologias nacionais de cidadania, das estruturas e recursos estatais e da conjuntura política. Abrangem um amplo *espectro entre a criminalizarão direta* e a repressão, num extremo, e a *politizarão do problema*, através da renegociação coletiva dos direitos sociais, no outro. Ambas as tendências, simbolizadas pela prisão e pela urna, podem ser observadas operando simultaneamente em todas as sociedades, embora em diferentes combinações e visando grupos diferentes, à medida em que várias frações de suas respectivas. classes dominantes tentam guiar a resposta do Estado para um ou outro desses pólos. Nenhum país evitou por completo o recurso ao sistema de justiça criminal e todos eles tiveram que reconsiderar alguns direitos sociais e de cidadania, seja para restringi-los, seja para expandi-los. Ainda assim, parece certo que, para colocar de forma grosseira, a questão foi mais plenamente politizada na França, o foi apenas parcialmente no Reino Unido, sendo quase totalmente despolitizada nos Estados Unidos.(23)

No decorrer de uma década de discórdia urbana, o governo francês aprovou uma legislação que criou uma renda mínima garantida, expandiu as garantias para os desempregados e esquemas de treinamento para os jovens, estabeleceu um mecanismo (ainda que muito limitado) para transferir riqueza das cidades ricas para as pobres e desencadeou um amplo programa de replanejamento urbano destinado a melhorar as condições em quatrocentas "áreas sensíveis", em todo o país.(24) O novo ativismo estatal culminou na nomeação, no final de 1990, de um Ministro da Cidade (com status de ministro de Estado, o mais alto no governo) e no engajamento político tanto do presidente como do Primeiro Ministro na batalha da renovação urbana. Todavia, através dos três anos seguintes, os distúrbios urbanos continuaram, embora de uma forma mais ou menos encoberta, e o fermento da inquietação continua presente, como o testemunham os eventos recentes nos conjuntos habitacionais públicos decadentes de Argenteuil, Satrouville e Mantes-la-Jolie no Cinturão Vermelho parisiense. O "tratamento social" da marginalidade urbana pode aliviar os seus sintomas, mas pouco faz para atacar suas causas últimas.

A resposta do governo dos Estados Unidos ao tumulto de Los Angeles marcou um forte contraste: uma vez controlado o levante aberto pela presença militar maciça, a primeira prioridade do governo Bush foi enviar uma equipe de promotores especiais e aumentar os fundos disponíveis para trazer todo o peso da lei sobre os ombros dos milhares de detidos durante o distúrbio.(25) Ao contrário do que ocorre em casos de, desastres naturais (como furacões e

enchentes), durante os quais o governo federal oferece pronta e generosa assistência material e financeira às vítimas, Washington contentou-se com coordenar auxílio de caridade e estimular esforços privados de reconstrução e reinvestimento. E apesar do tumulto ter eclodido em meio à campanha presidencial, a sina dos pobres urbanos não foi considerada digna de menção por nenhum dos três principais candidatos à Casa Branca. A teimosa recusa a reconhecer os alicerces estruturais e o significado político dos levantes atesta a continuação da política de negligência estatal que ajudou a causa-los em primeiro lugar e não faz senão garantir que o custo humano – em criminalidade, prisões, medo e morte – cobrado pela marginalização urbana continuará a crescer sem controle.

O Reino Unido situa-se num ponto intermediário entre esses dois pólos. A tendência a atribuir a desordem a uma "minoría negra marginal" é sempre forte; no entanto, mesmo os governos zelosamente *laissez faire* de Thatcher e Major tiveram que restabelecer algum controle estatal sobre o zoneamento urbano e a melhoria habitacional. A nível local, muitas cidades britânicas seguiram uma abordagem bifocal, elaborando técnicas de policiamento mais efetivas, a fim de reconquistar controle sobre as ruas no nascedouro de um levante virtual, por um lado, e empenhando-se na construção da confiança e no policiamento comunitário, por outro. Após os tumultos de Handsworth, por exemplo, a polícia de Birmingham desenvolveu uma série de indicadores de tensão local destinados a prevenir a irrupção de violência e foi capaz, em colaboração com os líderes locais, de manter os jovens longe das ruas. Mas é possível indagar-se por quanto tempo essa política de "disfarçar" as crescentes clivagens sociais será capaz de inibir o descontentamento.

Conclusão: um desafio à cidadania

As desordens populares e os protestos urbanos que abalaram as sociedades avançadas do Ocidente capitalista no decorrer da década passada encontram suas raízes na memorável transformação de sua economia, na polarização das cidades e em políticas estatais que promoveram de forma mais ou menos deliberada a expansão das grandes corporações, em detrimento da redistribuição social, e a mercantilização, ao invés da proteção social.(26) As classes dominantes e os governos das nações ricas mostraram-se, em graus variados, incapazes ou relutantes em estancar a ascensão da desigualdade e fracassaram em prevenir o acúmulo social e espacial de dificuldades econômicas, marginalidade e estigmatização nos bairros operários em deterioração da metrópole dual.

A conjugação de desigualdade étnica e exclusão de classe nos enclaves urbanos decadentes e desprovidos de recursos organizacionais de formação de identidade e resolução de reivindicações promete produzir mais inquietação, colocando um desafio atemorizador à instituição da moderna cidadania por anos ainda. A cidadania, na famosa formulação de T.H. Marshall (1964), serviu essencialmente para mitigar as divisões de classe geradas pelo mercado: é sua extensão, do domínio civil para o político e o social, que "alterou o padrão de desigualdade social" e ajudou a fazer a sociedade avançada relativamente pacífica e democrática.(27) Durante o período de crescimento protegido do pós-guerra, os estados-nação bem-definidos e soberanos foram capazes de estabelecer uma clara separação entre membros e não-membros e de garantir um grau relativamente alto de congruência entre as dimensões básicas do pertencimento. Hoje, essa capacidade e congruência se foram e as fraturas antes escondidas do espaço da cidadania aparecem a plena luz. Na medida em que se corroem às fronteiras externas e a homogeneidade interna (real ou imaginária) das sociedades avançadas, a partir de cima, pelos fluxos de capital de alta velocidade, e a partir de baixo, pela combinação de crescentes correntes de imigração e a concomitante decomposição da classe operária industrial, torna-se cada vez mais claro que a cidadania não é uma condição adquirida ou garantida de uma vez por todas e para todos, mas um "processo instituído" conflituoso e desigual, que precisa ser continuamente conquistado e reasssegurado.

Assim, a questão com que se defrontam os estados-nação do Primeiro Mundo no apagar do milênio é saber se suas políticas têm a capacidade de impedir maior contração e fragmentação da esfera da cidadania e, de forma correspondente, quais novas instituições mediadoras elas precisam inventar para proporcionar livre acesso e ativa participação. Se isso não ocorrer, podemos testemunhar não apenas contínua desordem urbana, violência e conflitos etno-raciais no coração da sociedade avançada, como um prolongado processo de fissão social e uma ramificação de desigualdades e inseguranças equivalente a uma "brasialinização" da metrópole europeia e norte-americana.

Tradução: João Roberto Martins Filho

NOTAS

(*) Conferência plenária pronunciada no 17.º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro de 1993. Gostaria de agradecer aos membros da audiência, demasiado numerosos para serem aqui mencionados, que reagiram a minha palestra com animados comentários e agudas indagações, algumas das quais tentei levar em consideração nesta versão revisada. Devo uma especial expressão de gratidão a Antonio Flávio Pierucci e Alice Rangel de Paiva Abreu pelo convite para falar na ANPOCS, assim como a Ilana Goldstein, Rosilene Alvim, José Sérgio Leite Lopes e Reginaldo Prandi por terem me oferecido uma introdução fascinante à sociedade e à cultura brasileiras.

1. Este breve quadro não permite reconhecer variações importantes no seio daquilo que rotulamos apressadamente de sociedades do "Primeiro Mundo". Para uma aguda exposição das diferenças na construção sócio-política da desigualdade e da pobreza na França, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, ver Silver (1993: esp.342-348).

2. Dois livros, publicados simultaneamente em 1960 nos Estados Unidos, podem ser tomados como projeções emblemáticas dessa visão societal emergente? *Stages of Economic Growth: a Non-Communist Manifesto*, de W.W.Rostow (1971) e *The End of Ideology*, de Daniel Bell (1960).

3. A própria terminologia é reveladora dos pressupostos básicos dessa corrente. Knotters (1987) fornece um escrutínio da imagem de sociedade subjacente à pesquisa de "aquisição de status", efetuada em particular pela escola de Wisconsin. É possível mostrar que a ideologia da *meritocracia social* (conforme expressa nos escritos de Talcott Parsons, Peter Blau e Otis Dudley Duncan, e Raymond Aron, por exemplo) preencheu nas sociedades euro-americanas uma função semelhante à do mito da "democracia racial" no Brasil. Como apareceu em Gilberto Freyre (1946).

4. Castel (1978) oferece um relato histórico dessa problemática no caso dos Estados Unidos, enquanto Wilson e Aponte (1985) registram o "desaparecimento" cíclico da questão da pobreza na América do Norte através do século. No recente debate francês, cf. Verdès-Leroux (1987) e Moreau de Bellaing (1988); sobre a discussão britânica, Townsend et al. (1987).

5. Colocamos "Raça" entre aspas para salientar que (1) a identidade racial não passa de um caso particular de etnicidade (que *supõe* baseada na herança biológica), isto é, um princípio historicamente construído de classificação social; (2) o que se entende por raça (e racismo) pode variar significativamente de uma sociedade para outra, de uma conjuntura histórica para outra.

6. Florestan Fernandes (1978) oferece uma expressão sintética dessa visão disseminada, em sua apreciação da natureza e do destino das divisões raciais na sociedade brasileira: "O dilema racial brasileiro constitui um fenômeno social patológico, que apenas pode ser corrigido por processos que removeriam a obstrução da desigualdade racial da ordem social competitiva". Tal posição é certamente muito mais antiga: lembre-se que o "ciclo de relação de raça", no início da escola de Chicago, com sua progressão ordenada do conflito e da competição para a acomodação e a assimilação, é voltado para a reabsorção das divisões etno-raciais.

7. Aqui, posso apenas fornecer o mais breve esboço de tais incidentes. Para um relato mais completo da ascensão da violência e das tensões etno-raciais nos projetos habitacionais da periferia francesa, ver *Les années banlieues*, de Adil Jazouli (1992); para um caso americano exemplar, ver a análise de Bruce Poster e Marvin Dunn, *The Miami Riot of 1980*; para uma resenha dos distúrbios britânicos do começo dos anos 80, consultar o Relatório Scarman e seus subprodutos (Benyon 1984).

8. Os choques continuaram por todo o verão de 1991, forçando o governo central a expandir e institucionalizar vários programas de "prevenção de incidentes", em particular durante a temporada de verão (as chamadas *Opérations été chaud*).

9. Em 1980, 1981 e 1985, grandes rebeliões eclodiram em áreas "inner-city" de Bristol, Londres, Liverpool, Birmingham e uma série de outras regiões operárias decadentes.

10. Deve-se acrescentar aos incidentes na França, Grã-Bretanha e, Estados Unidos a recente onda de ataques violentos a estrangeiros e candidatos ao asilo, na Alemanha, e os constantes incidentes envolvendo forasteiros norte-africanos no sul da Itália.

11. Sobre a ascensão (ou ressurgimento) do racismo em escala européia e suas várias manifestações nacionais, ver Allen e Macey (1990), Miles (1992) e Wieviorka (1992).

12. Misturando ciência social, jornalismo e senso comum, análise empírica e pré-concepções ordinárias, o mito da "underclass" deu vida nova a antigos preconceitos contra os afroamericanos, os pobres e a intervenção estatal ao converter em demônio o subproletariado urbano negro (Wacquant 1992a). Sua invenção compartilha a reconfiguração do mapa ideológico da "raça", nos Estados Unidos, ao lado do mito dos asiáticos como "minorias modelo" e da unificação simbólica das variadas correntes de população hispânica nos "latinos".

13. Mike Davis, "In L.A., Burning All Illusions", in Institute for Alternative Journalism (1992): para mais elementos, ver também Davis (1992) e a excelente coletânea de reportagens compilada pelo Instituto de Jornalismo Alternativo.

14. Para uma investigação sobre a complexidade e a dinâmica desse processo de dualização, Molenkopf e Castells (1991), Fainstein et al. (1992) e, para uma discussão acauteladora, Marcuse (1989).

15. Para pesquisas sobre o aumento da desigualdade de renda na Inglaterra, França e Estados Unidos, ver Townsend (1990), Centre d'études des

revenues et des coûts (1989) e Danzinger e Gottschalk (1992), respectivamente.

16. No coração do gueto de Chicago, por exemplo, quase seis adultos em dez sobrevivem de esqualidos pagamentos de welfare e 80% dos beneficiários contam permanecer no auxílio público por mais de um ano (Wacquant e Wilson 1989: 19).

17. Sobre as causas e o papel da migração internacional nos processos de transformação social nas sociedades avançadas, ver a excelente sinopse analítica de Zolberg (1991) e a detalhada análise empírica de Sassen (1989) e Castles et al. (1984).

18. Para exemplos no contexto americano, ver Padilla (1992) e Taylor (1989). É possível suspeitar que uma lógica semelhante esteja em ação, *mutatis mutandi*, nas temíveis irrupções de *funkers* nos fins-de-semana das praias ricas e brancas de Ipanema e Copacabana; no Rio de Janeiro.

19. Citado em *The Guardian*, 20 de julho de 1992, numa reportagem na esteira do tumulto de Bristol.

20. A outra instituição dominante cada vez mais vista como veículo de intromissão oficial e imposição externa; embora de tipo diferente, é a escola. Para uma investigação sobre as reações à violência simbólica na educação pública, na *banlieue* francesa de Vaulx-en-Velin, incluindo rudeza, vandalismo, violência e evasão, ver Balazs e Sayad (1991).

21. Recomendo enfaticamente a leitura de todo o livro: Amnesty International USA, *Police Brutality in Los Angeles, California, United States of America*, Londres, Anistia Internacional, 1992.

22. A *tazer gun* é uma arma portátil que permite à polícia neutralizar agressores reais ou em potencial, submetendo-os a um poderoso choque elétrico. Permite fácil abuso, uma vez que seu emprego deixa pouca ou nenhuma marca física externa.

23. A caracterização subsequente dos padrões de reações oficiais à desordem e à marginalidade urbanas nas sociedades avançadas constitui uma simplificação; que exagera grandemente a homogeneidade e coerência das reações estatais em cada sociedade. Seria necessário distinguir em cada caso entre níveis diferentes (central e local) e domínios diversos (ideológico, legislativo, judiciário, *welfare*, etc) de resposta, bem como entre locais diferentes de intervenção (por exemplo, questão dos sem-casa ou violência coletiva) e grupos-alvo (estrangeiros ou todos os cidadãos, etc). Na medida em que os Estados são mecanismos organizacionais altamente diferenciados e imperfeitamente coordenados, eles se engajam amiúde em políticas que ou são incoerentes, ou operam com propósitos cruzados umas com as outras. Além disso, há com frequência uma lacuna considerável entre os propósitos proclamados e os objetivos reais de uma dada política e sua implementação e efeitos burocráticos no "mundo real".

24. Ver Paugam (1993), *La société française et, ses pauvres*, para uma discussão detalhada da pedra de toque dessa política, a criação de um programa de renda mínima garantida, sua lógica política, suas deficiências e seu impacto real.

25. Efetuou-se mesmo um esforço amplamente divulgado (e mal-sucedido) no sentido de identificar e prender os suspeitos de crimes e saques, com base na evidência presente em centenas de horas de vídeos amadores. Um outro indício da ênfase norteamericana na repressão: mais de dois terços dos doze bilhões de dólares gastos anualmente pelo governo federal na sua muito exaltada "Guerra contra as Drogas" foram alocados para a imposição da lei, enquanto os serviços educacionais e de saúde ficaram muito aquém do exigido, devido à insuficiência de recursos. O resultado foi a duplicação das pessoas presas em uma década, com nenhum impacto visível no comércio e no uso de narcóticos.

26. Como notam Mollenkopf e Castells (1992:404), no caso dos Estados Unidos "o setor público não desempenhou um papel redistributivo e retificador, mas ampliou as tendências no sentido da desigualdade de renda, da segregação espacial e da falta de serviços adequados para uma grande parte da população".

27. Turner (1986) defende fortemente a importância da cidadania na inibição das contradições da sociedade avançada e oferece uma interessante exegese crítica da influente tese de Marshall. Para uma provocativa reconceitualização histórica da cidadania como um "processo instituído" à la Polanyi, ver Somers (1993). Para um estudo exemplar da variação transnacional nos padrões de incorporação do imigrante, devido às diferenças na definição política de cidadania, Brubaker (1992).

BIBLIOGRAFIA

ALLEN, Sheila e Marie MACEY. (1990), "Race and Ethnicity in the European Context". *British Journal of Sociology* 41-3: 375-393.

BALAZS, Gabrielle e Abdelmalek Sayad. (1991), "La violence de l' institution. Entretien avec le principal d'un collège de Vaulx-en-Velin". *Actes de la recherche en sciences sociales* 90 (Dezembro): 53-63;

BELL, Daniel. (1960), *The End of Ideology*. Glencoe; The Free Press.

BENYON, John (ed.) (1984), *Scarman and After*. Oxford: Pergamon Press.

- BRUBAKER, William Rogers. (1992), *Citizenship and Nationhood in France and Germany*. Cambridge: Harvard University Press.
- CASHMORE, Ellis and Eugene MCLAUGHLIN (eds.). *Out of Order. Policing Black People*. Londres: Routledge.
- CASTEL, Robert. (1978), "La guerre à la pauvreté et le statut de la misère dans une société d'abondance". *Actes de la recherche en sciences sociales* 19 (janeiro): 47-60.
- CASTLES, Stephen, com Heather BOOTH e Tina WALLACE. (1984), *Here for Good? Western Europe's New Ethnic Minorities*. Londres: Pluto.
- Centre d'études des revenus et des coûts (CERC). (1989), *Les Français et leurs revenus: le tournant des années 80*. Paris: La documentation française.
- CROSS, Malcom (ed.). (1992), *Ethnic Minorities and Industrial Change in Europe and North America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CROSS, Malcom e Michael KEITH (ed.). (1993), *Racism, the City and the State*. Londres: Unwin Hyman.
- CURTIS, Lynn. (1989), "Race and Violent Crime: Towards a New Policy". Pp. 139-170 in *Violent Crime, Violent Criminals*. Neil Alan Weiner e Marvin E. Wolfgang (eds.). Newbury Park: Sage Publications.
- DANZIGER, Sheldon e Peter GOTTSCHALK (eds.). *Uneven Tides: Rising Inequality in America*. New York: Russel Sage Foundation.
- DAVIS, Mike. (1992), "L.A. Intifada: An Interview with Mike Davis". *Social Text* 33 (dezembro): 19-33.
- DUBET, François e Didier LAPEYRONNIE. (1992), *Les quartiers d'exil*. Paris: Editions du Seuil.
- ELIAS, Norbert. [1937] (1978); *The Civilizing Process*. Oxford: Basil Blackwell.
- FAINSTEIN, Susan S., Ian GORDON e Michael HARLOE (eds.). (1992), *Divided Cities: New York and London in the Contemporary World*. Oxford: Basil Blackwell.
- FERNANDES, Florestan. (1978), *A integração do Negro na Sociedade de Classes*. 2 vols. São Paulo.
- FRANKLIN, Raymond. (1992), *Shadows of Race and Class*. Minneapolis; The University of Minnesota Press.
- FREYRE, Gilberto.[1938] (1946), *The Masters and the Slaves: A Study in the Development of Brazilian Civilization*. New York:.
- GALBRAITH, John Kenneth. (1963), *The Affluent Society*. New York: Dutton.
- GORDON, Milton. (1961), "Assimilation in America: Theory and Reality". *Daedalus* 90-2 (Primavera): 263-285.
- HUSBANDS, Christopher T. (1991), "The Support for the 'Front national': Analyses and Findings". *Ethnic and Racial Studies* 14-3 (julho).
Institute for Alternative Journalism. (1992), *Inside the LA Riots: What Really Happened and Why it Will Happen Again*. New York: ,Institute for Alternative Journalism.
- JACQUIN, Daniel e Michel WIEVIORKA. (1991), "Mutation sociale et racisme. L'expérience de la ville de Mulhouse". *Cahiers internationaux de sociologie* 60 (janeiro junho): 89-106.
- JAZOULI, Adil. (1992), *Les années banlieues*. Paris: Editions du Seuil.
- JOHNSON, James H., Cloyzelle K. JONES, Walter C. FARREL JR. e Melvin L. OLIVER. (1992), "The Los Angeles Rebellion, A Retrospective View". *Economic Development Quarterly* 6-4 (Novembro): 356-372.
- KNOTTERUS, J.David. (1987), "Status Attainment Research and Its Image of Society". *American Sociological Review* 52: 13-121.
- MARCUSE, Peter. (1989), "'Dual City': A Muddy Metaphor for a Quartered City". *International Journal of Urban and Regional Research* 28: 195-240.
- MARSHALL, T.H [1949] (1964), *Class, Citizenship, and Social Development*. New York: Doubleday.
- MILES, Robert. (1992), "Le racisme européen dans son contexte historique. Réflexions sur l'articulation du racisme et du nationalisme". *Genèses*

8 (Junho): 108-131.

- MINGIONE, Enzo (M): (1993), "Special Issue::The New'. Urban Poverty, and the Underclass". *International' Journal of Urban and Regional Research* 17-3: 324-428.
- MOLLENKOPF, John e Manuel CASTELLS (eds.). *Dual City: Restructuring New York*. New York: Russell Sage Foundation.
- MOREAU DE BELLAING, Louis. (1988), *La misère blanche. Le mode de vie des exclus*. Paris: L' Harmattan.
- PADILLA, Felix M. (1992), *The Gang as An American Enterprise*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- PAUGAM, Serge. (1993), *La société fran~aise et ses pauvres*. Paris: Presses Universitaires de France.
- PORTES, Alejandro e Ruben G. RUMBAUT. (1990), *Immigrant America: A Portrait*. Berkeley: University of California Press.
- POSTER, Bruce e Marvin DUNN. (1984), *The Miami Riot of 1980: Crossing the Bounds*. Lexington: Lexington Books.
- ROSTOW, W. W. (1971), *Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SASSEN, Saskia. (1989), *The Mobility of Labor and Capital; A Study in International Investment and Labor*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SILVER, Hilary. (1993), "National Conceptions of the New Urban Poverty: Social Structural Change in Britain, France, and the United States". *International Journal of Urban and Regional Research* 173: 336-354.
- SILVERMAN, Maxim. (1990), "The Racialization of Immigration: Aspects of Discourse from 1968-1981". *French Cultural Studies* 1: 111-128.
- SINFIELD, Andrew. (1980), "Poverty and Inequality in France". In *Poverty and Inequality in Common Market Countries*. Victor George e Roger Lawson (eds.). Londres: Routledge e Kegan Paul.
- SOLOMOS, John. (1988), *Black Youth, Racism, and the State*. Cambridge: Cambridge University. Press.
- SOMERS, Margaret R. (1993), "Law, Com munity, and Political Culture in the Transition to Democracy". . *American Journal of Sociology* 58-5 (outubro): 587-620.
- TAYLOR, Carl. (1989), *Dangerous Society*. East Lansing (Michigan): Michigan State University Press.
- TOWNSEND, Peter. (1990),. "Underclass. and Overclass: The Widening Gulf Between Social Classes in Great Britain in the 1980s". In *Sociology in Action*. G.Payne e M.Cross (eds.). Londres: Macmillan.
- TOWNSEND, Peter et al. (1987), *Poverty and Labor in London*. Londres: Low Pay Unit.
- TURNER, Bryan S. (1986), *Citizenship and Capitalism*. Londres: Methuen.
- VERDES-LEROUX, Jeannine. (1978), "Les `exclus". *Actes de la recherche en sciences sociales* 19: 6165.
- WACQUANT, Loïc J.D. (1992a), "Décivilisation et démonisation: la mutation du ghetto noir américain". Pp. 103-125 in *L'Amérique des franVais*. Christine Fauré e Tom Bishop (eds.) Paris: Editions François Bourin.
- WACQUANT, Loïc J.D. (1992b), "Banlieues françaises et ghetto noir amóricain: de l'amalgame à la comparaison". *French Politics and Society* 10-4 (Outono): 81-103.
- WACQUANT, Loïc J.D. (1993a), "Urban Outcasts: Stigma and Division in the Black American Ghetto and the French Urban Periphery". *International Journal of Urban and Regional Research* 17-3 (setembro): 366-83.
- WACQUANT, Loïc J.D. (1993b), "Désordre dans la ville". *Actes de la recherche en sciences sociales* 99 (setembro): 79-82.
- WACQUANT, Loïc J.D. e William Julius WILSON. (1989), "The Cost of Racial and Class Exclúision in the Inner City". *Annals of the American Academy of Political ánd Social Science* 501 (janeiro): 8-25.

- WEIR, Margaret. (1993), "Race and- Urban Poverty: Comparing Europe and America". *The Brookings Review* 11-3 (Verão): 23-27.
- WIEVIORKA, Michel. (1992), "Violence et racisme". *Revue Européene des sciences sociales* 94: 135144.
- WILSON, William Julius. (1987), *The Truly Disadvantaged: The Inner City, the Underclass and Public Policy*. Chicago: The University of Chicago Press.
- WILSON, William Julius e Robert Aponte. (1985), "Urban Poverty". *Annual Review of Sociology* 11.
- ZOLBERG, Aristide. (1991), "Bounded Cities in a Global Market: The Uses of International Labor Migrations". Pp. 3101-325 in *Social Theory for a Changing Society*. Pierre Bourdieu e James S.Coleman (eds.) Boulder: Westview Press e Russell Sage Foundation.
- YOUNG, Richard P. (org.) (1970), *Roots of Rebellion: The Evolution of Black Politics and Protest Since World War II*. New York: Harper and Row.